

SALGADO, Fernando C. Fonseca — *As colônias Bastos e Pedrinhas* (estudo comparativo de Geografia Agrária). Presidente Prudente, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1971. 236 pp.

O estudo geográfico em torno de núcleos coloniais no Estado de São Paulo, assunto muito interessante no campo da Geografia do Povoamento e da Geografia Agrária, só recentemente tem recebido a atenção de geógrafos. A obra em questão, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, traz uma notável contribuição ao assunto, ao retratar minuciosamente e comparativamente duas experiências de colonização com elementos estrangeiros, no Planalto Ocidental Paulista, ou mais especificamente na região da Alta Sorocabana.

A colônia Bastos foi implantada em 1929, sob a iniciativa da Sociedade Colonizadora de Brasil (SCB), abrangendo terras que hoje pertencem ao atual município de Bastos e parte dos municípios de Tupã, Iacri e Parapuã. Abrangia uma área de 29 280 ha, loteada em pequenas propriedades, em torno de 24 ha, introduzindo-se cerca de 1 500 famílias japonesas.

A primeira atividade econômica implantada no núcleo, no período de 1929-33 foi a cultura cafeeira, sendo inicialmente plantados aproximadamente 2 milhões de cafeeiros. Numa fase seguinte, de 1933-39, passou-se ao cultivo do algodão, que posteriormente foi substituído pela sericicultura, de 1939-47, no período em que o Japão, envolto na guerra, não podia abastecer o mercado mundial. Com o término da guerra, aquele país colocou no mercado grande quantidade de fios de seda, de maior aceitação que o fio brasileiro, não só pela sua qualidade superior, mas também pelo preço. A colônia voltou-se então para a produção avícola que se tornou o sustentáculo da sua economia, dedicando-se ainda à fruticultura, à criação de gado de corte e, recentemente, a uma retomada da sericicultura.

A exploração rural é feita predominantemente pela família proprietária, de origem nipônica, empregando-se em pequena escala o sistema de arrendamento e parceria. A maioria dos assalariados é constituída por brasileiros que, residindo no centro urbano, deslocam-se diariamente para trabalhar na zona rural.

No meio rural a população de origem japonesa supera a de brasileiros, ocorrendo o inverso na zona urbana. É flagrante o desnível social entre japoneses e brasileiros, tanto no campo, como na cidade, enquanto que aqueles desempenham funções mais especializadas, esses são empregados em tarefas menos qualificadas e mais humildes, com um nível sócio-econômico bem inferior.

A colônia Pedrinhas é de origem bem mais recente, tendo sido implantada em 1952, no atual município de Cruzália, pela Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana (CBCII), numa área de 3 656 ha, dividida em pequenas propriedades variando de 19 a 23 ha. Foram introduzidas 176 famílias vindas diretamente da Itália.

A implantação da colônia foi precedida de um levantamento completo das condições geográficas, para o estabelecimento de um plano piloto, que assegurasse o êxito do empreendimento.

As atividades econômicas de Pedrinhas repousam também na agro-pecuária, cujos principais produtos são: algodão, milho, arroz, trigo, leite, porcos e gado de corte. Com exceção deste último todos os demais foram planejados pela CBCII. Os sistemas agrários e técnicas empregados foram também pre-determinados pela Companhia, adotando-se sistema de rotação de culturas herbáceas com leguminosas, associação da agricultura com a criação de gado, empregando-se técnicas racionais e larga meca-

nização agrícola. A mão-de-obra é destacadamente familiar, empregando-se também assalariados, sistema de parceria e, em menor escala, de arrendamento.

O autor, após analisar o processo de implantação e desenvolvimento das duas colônias, de demonstrar qualitativa e quantitativamente seus resultados, conclui que embora os dois empreendimentos possuíssem objetivos semelhantes, os processos pelos quais se implantaram foram diversos, pois enquanto que em Pedrinhas houve um eficaz planejamento, em Bastos a implantação e evolução se deram ao sabor do acaso.

Problemas surgiram nas duas colônias, em Bastos com maior intensidade, mas atualmente as dificuldades foram superadas e os núcleos apresentam um resultado satisfatório, assegurando aos colonos, de um modo geral, um nível de vida razoável e uma acentuada contribuição à produção da região e do Estado em que se inserem. — ADYR APPARECIDA BALASTREIRI RODRIGUES.

COLEÇÃO "BRASILIANA" — Notícia dos volumes 201 a 213.

Vol. 201 — *Eugênio de Castro: Ensaio de geografia lingüística*, 1941. 350 pp.

Ao Comandante Eugênio de Castro (1882-1947) deve a bibliografia histórica brasileira a importante edição crítica do diário da viagem de Martim Afonso de Sousa, redigido pelo seu irmão Pero Lopes de Sousa. Interessado não só nos problemas da náutica, como oficial de marinha de brilhante folha de serviços, Eugênio de Castro interessou-se igualmente pelo campo da lingüística, publicando em *Geografia lingüística e cultura brasileira*, do qual o presente volume é reedição ampliada, com ligeira alteração do título. Divide-se a obra em dois "livros": o primeiro, intitula-se "Origens norrenas e normandas na tecnologia marítima luso-brasileira", e o segundo, que deu título à primeira edição, denomina-se "Geografia lingüística e cultura do Brasil". O primeiro "livro" abrange os seguintes tópicos: 1. Os vikings e sua epopéia marítima; 2. Os normandos e sua influência marítima; 3. Os portugueses e sua epopéia marítima; 4. Termos náuticos de prováveis origens norrenas e normandas. O segundo "livro" compreende: 1. O Litoral e o Sertão: suas províncias lingüísticas fundamentais; 2. O elemento negro; engenhos; minas e cafezais; praias, tropas e tropeiros; sua influência na geografia lingüística do Brasil; 3. Aspectos da formação cultural brasileira; 4. Aspectos de um Dicionário e Enciclopédia do Brasil. Em apêndice, o índice dos principais termos estudados ou citados para estudo. Obra que revela exaustiva pesquisa numa área que não tem sido muito estudada pelos nossos especialistas. ONM

Vol. 202 — *A. Tavares de Lyra: Organização política e administrativa do Brasil*, 1941. 286 pp.

Esta importante obra do Ministro Tavares de Lyra constitui originalmente tese apresentada ao Terceiro Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e realizado no Rio de Janeiro em 1938, e em cujos "Anais" encontra-se também publicada (Volume II, pp. 45-224). De seu trabalho, disse o relator no referido Congresso: "Trabalho útil, amplo e exato, que será — quando reduzido a livro — consultado com freqüência, apreciado nos seus primorosos detalhes por quantos tenham de examinar o mecanismo da velha administração brasileira". Tais palavras se revestem hoje da maior significação, especialmente quando consideramos que, embora lamentavelmente não reeditado, seu livro permanece um dos poucos elaborados nessa área da história administrativa de nosso